

BJIR

Brazilian Journal of
International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 11 | edição nº 1 | 2022

***TOUJOURS PAREIL: AS RELAÇÕES NEOCOLONIAIS
FRANCO-AFRICANAS NO SÉCULO XXI***

*Guilherme Ziebell de Oliveira;
Thiago Bernardo Lima*

 **Igepri**
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

unesp 
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

*A Brazilian Journal of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex*

TOUJOURS PAREIL: AS RELAÇÕES NEOCOLONIAIS FRANCO- AFRICANAS NO SÉCULO XXI

TOUJOURS PAREIL: FRANCO-AFRICAN NEOCOLONIAL RELATIONS IN THE 21ST CENTURY

Guilherme Ziebell de Oliveira¹; Thiago Bernardo Lima²

Resumo: O presente artigo discute as relações neocoloniais franco-africanas no século XXI, avaliando suas linhas de continuidade e eventuais mudanças. Para tanto, adota metodologia qualitativa, apoiando-se em revisão de literatura e no método hermenêutico. O artigo se divide em quatro seções, além da introdução e da conclusão, as quais correspondem aos quatro governos que marcaram o período em questão (Jacques Chirac, de 1995 a 2007; Nicolas Sarkozy, de 2007 a 2012; François Hollande, de 2012 a 2017; e, Emmanuel Macron, de 2017 ao presente). Em linhas gerais, o que se evidencia a partir da análise de como cada um desses governos conduziu a política da França para o continente africano é que, apesar de as lideranças francesas recorrentemente emitirem discursos de transformação nas relações e de estas efetivamente passarem por algumas modificações pontuais, tais mudanças foram essencialmente formais, afetando pouco – ou nada – o conteúdo das relações que estruturam a *Françafrique* ao longo de todo o período

Palavras-Chave: França; África; Françafrique; Neocolonialismo;

Abstract: This article discusses Franco-African neocolonial relations in the 21st century, evaluating their lines of continuity and possible changes. It adopts a qualitative methodology, based on a literature review and on the hermeneutic method. The article is divided into four sections, in addition to the introduction and conclusion, which correspond to the four governments that marked the period in question (Jacques Chirac, from 1995 to 2007; Nicolas Sarkozy, from 2007 to 2012; François Hollande, from 2012 to 2017; and, Emmanuel Macron, from 2017 to the present). The analysis of how each of these governments conducted France's policy towards Africa shows that, despite French leaders' recurrently issuing speeches of transformation in relations and, despite these actually undergo some punctual changes, the structure and the content of *Françarfique* throughout the entire period remains the same.

Keywords: France; Africa; Françafrique; Neocolonialism;

¹ Professor Adjunto do curso de Relações Internacionais e professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em Ciência Política (PPGPOL/UFRGS) e mestre em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI/UFRGS). E-mail: guilherme.ziebell@ufrgs.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0118-627>

² Graduando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Atualmente no 5º período do curso. E-mail: thiagoblina123@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6298-8956>

Introdução

A independência das ex-colônias francesas no continente africano, na década de 1960, parecia trazer uma nova esperança aos países do continente que poderiam, então, conquistar autonomia no sistema internacional e desenvolver seus Estados. Contudo, a expectativa não se materializou, e a condição de dependência, em linhas gerais, persistiu nesses países. Antecipando as lutas pela independência, o Estado francês buscou criar mecanismos para impedir uma ruptura drástica com as relações de dominação e, dessa maneira, manter-se presente e influente no continente africano (VERSCHAVE, 2005). Essa dependência não aparece de forma explícita, como no período colonial, mas sim se desenrola em relações especiais entre líderes africanos e franceses. A *Françafrique* – termo popularizado por François-Xavier Verschave (1998) para designar as relações neocoloniais francesas com o continente – manteve-se persistente em todos os governos da Quinta República, como uma estratégia do Estado francês para garantir seu acesso a reservas de produtos primários e como forma de escoamento de capital acumulado, apoiando-se, para tanto, em três pilares: político, econômico e securitário (VERSCHAVE, 2000).

O pilar político pode ser avaliado claramente ao se observar as relações pessoais entre os líderes franceses e alguns de seus pares africanos. A cooptação dessa elite africana aconteceu desde um período pré-independência, como uma estratégia clara do governo francês de estabelecer relações mais próximas com o continente mesmo em um futuro processo de independência (VERSCHAVE, 1998). Aproveitando dessa relação prévia, Jacques Foccart, então Secretário-Geral para Assuntos Africanos, obteve êxito em concretizar a estruturação do neocolonialismo francês. Dessa forma, mesmo que sem laços formais, os governos africanos eram reféns da aprovação francesa na condução de sua política interna. A França, assim, decidia quem seriam os líderes de Estados. Exemplos claro disso são o Gabão, onde Omar Bongo se tornou um aliado importante da *Françafrique*, e a República Centro Africana (RCA), onde a França conduziu um golpe de Estado quando seus interesses já não estavam sendo mais correspondidos (VERSCHAVE, 2005).

A relação política, no entanto, não pode ser avaliada desconectada dos outros pilares, uma vez que todos são complementares na estruturação das relações neocoloniais franco-africanas. De maneira geral, o continente africano foi guiado por uma dependência econômica desde o início do processo de colonização. Isso porque a estrutura do mercado interno dos países colonizados era sempre criada visando abastecer os mercados europeus, utilizando-se, assim, de monoculturas como principal processo produtivo. Como consequência direta, os países africanos, mesmo enquanto colônias, necessitavam da importação até mesmo de produtos básicos para se manter (AMIN, 1972). Portanto, mesmo com a conquista das independências, os mercados internos desses países ainda eram frágeis e muito voltados para a exportação de matéria-prima. Além disso, a institucionalização de políticas

monetárias, como as convenções de Yaoundé e de Lomé, facilitou os objetivos econômicos franceses no continente (CHAZAN *et al.*, 1992). A continuidade da zona do Franco CFA, mesmo após as independências, também garantia fácil acesso aos produtos africanos pelos franceses e um grande controle francês sobre as políticas monetárias desses países (VERSCHAVE, 2005).

Por último, mas não menos importante, o pilar securitário foi essencial na persistência da ingerência e influência francesas na África. Esse processo se deu por razões óbvias, uma vez que, para o Estado Francês, era necessário garantir o acesso à matéria-prima e a manutenção de governos aliados no poder, e isso podia ser assegurado por meio da força militar (ADEBAJO, 2013). Para muitos líderes africanos, essa presença se mostrava ideal para assegurar a posição desses como representantes de governo, e também para garantir a integridade territorial de seus países. Para a França, como dito, era a garantia da sua permanência no continente (CHARBONNEAU, 2008).

Com o fim da Guerra Fria e as mudanças ocorridas no cenário internacional, imaginava-se uma mudança de postura do governo Francês em relação à África (CLAPHAM, 1996; CHAZAN, 1992). Mesmo que no discurso os diferentes governos franceses assegurassem a realização dessa alteração, a postura francesa foi mais no sentido de ajuste do que propriamente de ruptura. A “modernização” da *Françafrique*, portanto, foi operada, ao longo da década de 1990, através de uma maior integração multilateral dos países africanos no Sistema Internacional – algo que pode ser visto, em certo sentido, como uma conquista dos próprios Estados africanos ao perceberem o aumento do seu poder de barganha. Entretanto, as práticas multilaterais eram, em sua maioria, conduzidas pela França, o que acabava por manter o privilégio francês no continente (ADEBAJO, 2013). Além disso, mesmo que no campo discursivo a França promovesse a defesa da democracia e direitos humanos, prometendo favorecer governos democráticos no continente africano, isso também não ocorreu na prática (VERSCHAVE, 2005). A partir do início do Século XXI, o continente africano passou a ocupar, cada vez mais, uma posição de destaque nas relações internacionais (CORNELISSEN; CHERU; SHAW, 2012; CARMODY, 2011). Tal transformação foi acompanhada por renovados discursos franceses de normalização de suas relações com os países do continente – um suposto fim da *Françafrique*.

Nesse contexto, o presente artigo busca discutir as relações neocoloniais francesas no século XXI, avaliando suas linhas de continuidade e eventuais mudanças. Para tanto, adota metodologia qualitativa, apoiando-se em revisão de literatura e no método hermenêutico. O artigo se divide em quatro seções, além da introdução e da conclusão, as quais correspondem aos quatro governos que marcaram o período em questão (Jacques Chirac, de 1995 a 2007; Nicolas Sarkozy, de 2007 a 2012; François Hollande, de 2012 a 2017; e, Emmanuel Macron, de 2017 ao presente). Em linhas gerais, o que se busca demonstrar, a partir da análise de como cada um desses governos conduziu a política da

França para o continente africano, é que, apesar de as lideranças francesas recorrentemente emitirem discursos de transformação nas relações e de estas efetivamente passarem por algumas modificações pontuais, tais mudanças foram essencialmente formais, afetando pouco – ou nada – o conteúdo das relações que estruturam a *Françafrique* ao longo de todo o período.

Jacques Chirac (1995 - 2007): “Je suis fier de l'oeuvre coloniale de la France”³

A última década do século XX foi marcada por grandes mudanças no sistema internacional. Com o fim da União Soviética, os EUA ficaram em uma posição que, para muitos, era de uma incontestável hegemonia (KRAUTHAMMER, 1990; LOSURDO, 2002). A era da democratização liberal e, mais especificamente, a racionalidade neoliberal, dominavam os espaços político-econômicos mundiais e conduziam a maioria dos governos a políticas ligadas principalmente a privatizações, austeridade e reformas tributárias, que tinham por objetivo a abertura das economias nacionais ao capital externo⁴ (ANDERSON, 2008; LAVAL; DARDOT, 2016; IANNI, 1998; RODRIK, 2006). Essas mudanças estruturais também levariam a uma reformulação nas relações franco-africanas desse período – sob os governos François Mitterrand e Jacques Chirac –, as quais se expressaram mais no campo discursivo do que no prático. Assim, a percepção da necessidade dessa reforma já existia e, sendo pensada e discutida desde o governo Mitterrand (MARCHESIN, 1995). Porém, foi apenas no governo Chirac que alguns ajustes passam a, de fato, acontecer. Neste sentido, Chirac pode ser visto como o principal reformulador dessa política, uma vez que se manteve na presidência neste principal momento de inflexão, entre 1995 e 2007. As transformações operadas, no entanto, não tinham por objetivo extinguir a *Françafrique*, mas sim adaptá-la à nova conjuntura mundial, reduzindo os custos franceses, mas mantendo suas vantagens políticas e econômicas.

É possível traçar os condicionantes da mudança das relações franco-africanas em quatro pontos. Em primeiro lugar, a mudança na balança mundial de poder, com o fim da Guerra Fria. Em segundo, os diversos conflitos e crises no continente africano, como no caso de Ruanda, em 1994. Em terceiro lugar, a ascensão de novos líderes em Estados africanos, como consequência de algumas dessas crises, os quais muitas vezes não possuíam conexões estreitas com as lideranças políticas francesas, estando, portanto, menos dispostos a manter uma relação tão próxima com a França. Por fim, em quarto lugar, a revelação de casos de corrupção, entre outros escândalos, que acabaram por gerar um ainda maior desgaste político dessa relação (KROSLAK, 2004).

³ “Eu tenho orgulho da obra colonial da França”. Declaração de Jacques Chirac ao jornal *Libération* em 12 de março de 1988.

⁴ Realidade que serviu de base para o argumento de “fim da história” desenvolvido por Francis Fukuyama em seu famigerado livro *The End of History and the Last Man* (1992).

Declaradamente Gaullista, Chirac nunca escondeu seus laços com os principais formadores da *Françafrique*. Nesse contexto, em 1986, ainda enquanto Primeiro Ministro, nomeou Jacques Foccart, primeiro articulador das relações franco-africanas ainda sob o governo de De Gaulle, para a pasta de assuntos africanos (VERSCHAVE, 1998). Foccart voltou a integrar o governo Chirac em 1995, quando este foi eleito presidente, também com o objetivo de articular as relações do novo governo com o continente africano (CHAZAN *et al.*, 1992). Para além de sua proximidade política e pessoal com os dois principais formadores da *Françafrique* (De Gaulle e Foccart), Chirac também mantinha relações bastante próximas com diversos líderes africanos – como Gnassingbe Eyadema, do Togo, Robert Mugabe, de Zâmbia, e Omar Bongo, do Gabão. De modo geral, eram esses vínculos que permitiam uma relação especial entre os governos franceses e africanos e, portanto, contribuía para assegurar os interesses da França no continente (KROSLAK, 2004; VERSCHAVE, 2002).

Diante da nova conjuntura internacional do pós-Guerra Fria, Jacques Chirac aderiu a um discurso de reformulação das relações franco-africanas. Essa mudança poderia ser identificada em dois sentidos. Primeiro, na tentativa de fomentar a democratização dos Estados africanos, de forma que estes se adequassem aos ditames do pensamento neoliberal prevalecente no período, além de contribuir, por consequência, para salvaguardar os direitos humanos. Segundo, na substituição das relações bilaterais por parcerias multilaterais, que tinham por objetivo discursivo uma maior integração do continente africano no sistema internacional (CHAFER, 2002; KROSLAK, 2004).

A pressão por uma democratização liberal do continente vinha desde o início da década – principalmente com a reunião de La Baule, na qual Mitterrand defendeu abertamente essa ideia (MITTERRAND, 1990) –, mas ganhou uma nova dimensão a partir dos eventos em Ruanda, em 1994, e do aumento da pressão internacional sobre a França. O país, nesse contexto, era alvo de intensas críticas, tanto pelo seu envolvimento no conflito ruandês quanto por apoiar regimes – e líderes – africanos considerados autoritários (TOUATI, 2007). Entretanto, para a manutenção da *Françafrique*, uma mudança política radical não era desejada. Salvaguardar os antigos líderes africanos, aliados dos interesses franceses, era, portanto, garantir os interesses franceses no continente. Diante disso, a solução encontrada pelo governo Chirac foi garantir que os antigos parceiros da França continuassem no poder, contudo, agora, sob um verniz democrático (KROSLAK, 2002).

Dessa forma, a França garantia, por meio do apoio à realização de eleições, geralmente manipuladas, a continuidade dos regimes que lhe eram favoráveis (VERSCHAVE, 2005; KROSLAK, 2002). Como aponta Verschave (2005), com exceção de Mali, Níger, Senegal e Madagascar, a França conseguiu manter e validar diversos regimes aliados na África. Ainda segundo o autor, a interferência francesa na política africana para proteger governos aliados foi uma prática recorrente, acontecendo

aproximadamente cinquenta vezes entre 1991 e 2003 (VERSCHAVE, 2005). Assim, apoiando-se na fraca concepção da democracia liberal, que tem na realização de eleições multipartidárias e o voto entre seus principais indicadores democráticos, a França foi bem sucedida em manter seus aliados no continente africano (KROSLAK, 2004).

Um segundo aspecto importante que é possível observar no governo Chirac é a multilateralização das relações franco-africanas. O discurso empregado nessa estratégia vinha em consonância com o primeiro, que era de democratizar os Estados africanos através de uma integração econômica, conduzida sobretudo pela União Europeia (UE). Além disso, tal transformação tinha também como objetivo aumentar o leque de Estados parceiros africanos, para que estes não ficassem unicamente ligados à França. Na prática, entretanto, essa estratégia buscava diminuir os custos e riscos das relações com os Estados africanos, na medida que as responsabilidades passariam a ser compartilhadas com outros Estados europeus (TOUATI, 2007; KROSLAK, 2004).

Embora essa nova maneira de lidar com a África tivesse acontecido parcialmente – no geral, era a França que conduzia as cooperações multilaterais e, mesmo neste período, ainda realizou intervenções bilaterais no continente em várias ocasiões –, essa estratégia foi substituída em definitivo pelo governo Chirac já em 2002, com o fim de um período de coabitação que se estendia desde 1997,⁵ reforçando-se, a partir de 2005, quando da ascensão de Dominique de Villepin ao cargo de Primeiro-Ministro. Nesse contexto, o governo de Chirac e Villepin conseguiu adquirir maior liberdade na condução de sua política externa em relação à África, o que significou, na prática, a busca por um consenso entre as mudanças introduzidas nos governos anteriores – Balladur, Juppé e Jospin – e um retorno à política tradicional da *Françafrique* (CHAFER, 2002; KROSLAK, 2004).

De modo geral, portanto, a política exterior franco-africana do governo Chirac, entre 2002 e 2007, pode ser vista como uma tentativa de conciliar as reformas da década de 1990 com as relações bilaterais que caracterizaram as décadas de 1960, 1970 e 1980. Dessa forma, Paris estaria menos disposta a arcar com os custos políticos e econômicos de uma relação bilateral – como nas décadas pós-independências africanas; entretanto, os interesses e a influência da França no continente ainda eram presentes – o que se confirma, por exemplo, com as intervenções do país na Costa do Marfim, em 2002, e em Ituri, na República Democrática do Congo, um ano depois (PENNA; KOFFI, 2014). Neste último caso, fica clara a nova política francesa para suas zonas de influência na África. Sob a bandeira da UE, e com autorização das Nações Unidas (ONU), a França liderou a intervenção na região, através da chamada “Operação Artemis” (VLASSENROOT; RAEYMAEKERS, 2003).

⁵ A coabitação é uma formação de governo possível dentro do sistema semipresidencialista, em que o presidente do país é de um partido diferente da maioria do parlamento, trazendo, consequentemente, um primeiro-ministro de um partido diferente ao do presidente.

Assim, a estratégia do governo Chirac de combinar ações multilaterais – podendo ser entendida como a autorização da ONU e a contribuição de outros países da UE – e o interesse do próprio Estado francês – intervir sempre que for necessário para garantir seus interesses – se mostraria bem sucedida (KROSLAK, 2004).

Em síntese, sob o governo Chirac as relações franco-africanas foram reformuladas, com o objetivo de conciliar as novas demandas internacionais e nacionais, sem, contudo, abandonar os vínculos especiais franceses no continente africano. Embora discursivamente se falasse em “cooperação” (CHIRAC, 1996), “não-interferência” (JOSSELIN, 1998) e “parceria” (CHIRAC, 2003), na prática, isso não foi observado. Desse modo, é possível perceber que a partir de 2003, a *Françafrique* entrava em um novo processo, no qual se buscava uma conciliação do antigo colonialismo Francês com as novas demandas por mudança.

Nicolas Sarkozy (2007-2012): “...l'homme africain n'est pas assez entré dans l'histoire.”⁶

A não concretização de mudanças reais nas relações franco-africanas sob o governo Chirac parecia extinguir qualquer esperança de uma alteração do neocolonialismo francês na África. Entretanto, a chegada de Nicolas Sarkozy à presidência da França oferecia a possibilidade de um novo rumo para as relações franco-africanas. Ao contrário de Chirac e de outros ex-presidentes franceses, Sarkozy fazia parte de uma nova geração de políticos que não possuía vínculos formais com o continente africano (MONCRIEFF, 2012). Logo no início de seu governo, Sarkozy buscou retirar a autonomia da célula africana do Eliseu, integrando essa ao corpo diplomático (THIAM, 2008). Além disso, adotou uma postura crítica aos antigos presidentes franceses em relação à sua política exterior para África, destacando a necessidade de “abrir uma nova página” na relação entre os atores, argumentando que “economicamente, a França não necessita mais da África” (SARKOZY, 2006, n.p., tradução nossa). Nesse contexto, o discurso proferido no Benim, no dia 19 de maio de 2006, é de extrema importância para observar como, discursivamente, Sarkozy assinalava para uma ruptura da *Françafrique*, prometendo uma maior transparência nas relações franco-africanas e a extinção de vínculos especiais com o continente (SARKOZY, 2006; THIAM, 2008). Assim, a esperança de uma mudança de postura do governo Francês em relação à África parecia se renovar.

Essa expectativa, no entanto, não se prolongou nem mesmo no campo discursivo. Um ano após a declaração no Benim, Sarkozy, já eleito, visitou o Senegal e proferiu um discurso em Dakar, na universidade Cheikh-Anta-Diop (SARKOZY, 2007). Claramente paternalista e racista, o discurso ajudou a deteriorar a imagem francesa no continente africano (AGIER, 2008; MBEMBE, 2007;

⁶ “... o homem africano não entrou efetivamente na história.” (SARKOZY, 2007, n.p, tradução nossa).

MULDER, 2018). Ainda que admitisse, brevemente, os impactos negativos da colonização francesa, Sarkozy argumentava que a África teria tido “sua parcela de responsabilidade pelo próprio infortúnio”, acrescentando que a França também ajudou o continente, ao construir “pontes, estradas, hospitais, clínicas, escolas” (SARKOZY, 2007, n.p., tradução nossa). Indo além, o presidente francês argumentava que “a tragédia da África é que o homem africano não entrou efetivamente na história [...]. Ele nunca corre para o futuro [...]” (SARKOZY, 2007, n.p., tradução nossa). Neste sentido, o discurso em Dakar expressa claramente as principais características da política francesa na África: embora falasse em “amizade” e “respeito mútuo”, na realidade, o que era apresentado era uma estratégia neocolonial, que carregava consigo os elementos racistas e imperialistas do início do século XX (MONCRIEFF, 2012; THIAM, 2008).

Ainda que Sarkozy não tivesse vínculos formais com o continente africano em sua trajetória pública, seu círculo político e pessoal estava repleto de pessoas que estiveram envolvidas na *Françafrique* (MONCRIEFF, 2012). Jacques Pasqua, por exemplo, foi um dos principais conselheiros políticos de Sarkozy, sendo inclusive padrinho de seu primeiro casamento (TOUATI, 2007). Pasqua havia sido um importante formulador da política francesa para a África entre as décadas de 1970 e 1990, possuindo vínculos tanto com líderes africanos – como Omar Bongo, do Gabão, e Denis Sassou Nguesso, da República do Congo – quanto com empresas francesas atuantes na região – como a *Elf* e a *Bolloré* (MONCRIEFF, 2012; TOUATI, 2007).⁷

Outro nome próximo de Sarkozy, e que possuía conexões antigas com a África, era Robert Bourgi que, além de muito próximo de Jacques Foccart, assumiu o papel de principal ponte entre líderes africanos e o governo francês após a morte deste, em 2007 (THIAM, 2008). Outros nomes, como Claude Guéant e Patrick Balkany, também vinculados à *Françafrique*, demonstram como Sarkozy estava cercado de pessoas que ofereciam a ele relações especiais no continente africano. Guéant foi uma figura próxima de Sarkozy, e ocupou o cargo de Ministro do Interior entre 2011 e 2012. O ex-ministro sofreu acusações de corrupção, envolvendo o suposto recebimento de financiamento de Muammar Kadafi na eleição que elegeu Sarkozy (MONCRIEFF, 2012). Balkany, por sua vez, é um político que igualmente mantinha laços de amizade com Sarkozy, e que manteve relações próximas também com atores do continente africano, atuando como consultor e obtendo ganhos pessoais no continente. O político também atuou como facilitador das ações da multinacional *Areva* (atual *Orano*), empresa ligada à energia nuclear, na República Centro Africana (RCA) (MONCRIEFF, 2012; WOHLERS *et al*, 2015).

⁷ Pasqua foi inclusive condenado por conta do seu envolvimento no caso “Angolagate”, que envolvia a venda de armamento russos e franceses para Angola (OBIANG, 2007, p.180-186).

Além de figuras francesas ligadas à *Françafrique*, Sarkozy, a despeito de não ter laços pessoais com o continente, também possuía relações de amizade com alguns líderes africanos, como Denis Sassou Nguesso, da República do Congo, e Idriss Déby, do Chade. O principal exemplo dessa proximidade era com Omar Bongo – ex-presidente do Gabão e um dos principais nomes ligados à *Françafrique* –, que conhecia Sarkozy mesmo antes das eleições, sendo inclusive o primeiro Chefe de Estado a parabenizar o francês por sua vitória nas eleições em 2007 (THIAM, 2008). A influência de Bongo sobre o presidente francês se mostrou evidente já no início de 2008. Após Jean-Marie Bockel, ex-ministro francês da cooperação, criticar líderes africanos – por ele considerados corruptos – e o apoio francês a esses chefes de Estado, o presidente gabonês utilizou de seus contatos no governo francês para garantir a demissão do ministro, que foi substituído por Alain Joyandet, ligado à ala conservadora (MONCRIEFF, 2012). Dessa forma, mesmo que viesse de uma nova geração que não havia tido ligações oficiais prévias com o continente, Sarkozy deixou claro que havia uma continuidade dos elos especiais entre os governantes franceses e seus homólogos em alguns Estados africanos.

Os vínculos pessoais com o continente africano construídos no governo Sarkozy também permitiram a ampliação da presença de empresas francesas no continente, como a *Bolloré* e a *Bouygues*. A primeira, que atua nos setores de infraestrutura e energia, possui uma presença quase que monopolista no Oeste africano. Atuando em praticamente todos países francófonos da região, além de Nigéria e Gana, a empresa passou a adquirir cada vez mais espaço no continente, principalmente após a onda de privatizações da década de 1990 (MONCRIEFF, 2012). O cenário é parecido com o da *Bouygues*, que também passou a ganhar espaço nos anos 1990 e ainda mais sob o governo Sarkozy (TRAORÉ, 2019). Essas empresas contavam com a relação pessoal entre os governos franceses e africanos para conseguirem vantagens comerciais em relação a outros países, como a China (MONCRIEFF, 2012). Parece claro, portanto, que os vínculos políticos e pessoais do governo Sarkozy não só ampliaram a influência econômica francesa no continente, mas também garantiram um acesso mais vantajoso ao mercado africano. Inclusive, esse era um objetivo evidente para Sarkozy, que sempre contava com delegações dessas empresas em suas viagens pela África, visto que o acesso ao mercado africano ocupava espaço de extrema importância nos objetivos franceses em sua interação com o continente, devido ao baixo custo desses produtos primários (MONCRIEFF, 2012).

As intervenções militares francesas, que objetivavam garantir aliados africanos no poder, também continuaram sendo feitas durante o governo Sarkozy. Em 2008, por meio da *EUFOR*

Tchad/RCA,⁸ a França interveio na fronteira entre o Chade, RCA e Sudão, supostamente buscando estabilizar os conflitos na região de Darfur (BERG, 2009; KOEPF, 2012). Embora, como argumenta Berg (2009), a estabilização do conflito e a ajuda humanitária fossem parte do argumento usado no âmbito da UE para justificar a intervenção na região, a ação, na prática, se mostrou muito mais um objetivo francês de diminuir o poder dos grupos rebeldes opositores do governo Deby no país.⁹ O governo Sarkozy, então, agiu de maneira ativa no Conselho de Segurança da ONU e na União Europeia, buscando apoio e legitimação para enviar tropas para a região. Dessa maneira, assim como no governo Chirac, é possível observar a continuidade de uma intervenção multilateral, mas que foi orientada (e conduzida), em grande parte, por interesses franceses (BERG, 2009; TAYLOR, 2010).

Além da intervenção em Darfur, a França também agiu em conjunto com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na intervenção na Líbia, em 2011, buscando a derrubada de Muammar Kadafi do poder. A intervenção advém de uma complexa relação entre Kadafi e o Ocidente, com as potências ocidentais – especialmente EUA, Grã-Bretanha e França – tendo diversos interesses no país, tanto pelos seus recursos naturais quanto por sua posição geoestratégica (OLIVEIRA, 2015). Especificamente em relação à França, como aponta Oliveira (2015), é possível identificar o interesse do país no âmbito doméstico e internacional. O primeiro deles, na esfera interna, diz respeito ao desejo do governo Sarkozy de aumentar sua popularidade, que se mostrava baixa. Já no campo externo, a França buscava demonstrar sua importância para o continente europeu, especialmente na tentativa de contrabalancear o crescimento da influência alemã na UE. Na Líbia, o governo francês tinha um amplo interesse no setor energético – não coincidentemente, após a derrubada de Kadafi, a ampliação da participação francesa no setor foi confirmada – e na venda de armas – tendo a França comercializado tanto com o governo Kadafi, antes da intervenção, quanto com os rebeldes, durante a intervenção (ROUSSEAU, 2011). Para além desses ganhos materiais, Kadafi também ameaçava os interesses franceses no continente africano desde os anos 2000, principalmente pelo seu projeto de criação de uma moeda única para o continente africano através da União Africana, que extinguiria a existência do Franco CFA, importante base do neocolonialismo francês no continente (OLIVEIRA, 2015). Assim, mesmo que a França não tenha liderado a intervenção na Líbia, sua participação, objetivando garantir seus interesses no país, parece clara.

O caso mais emblemático das intervenções francesas na África, durante o governo Sarkozy, aconteceu em 2011, na Costa do Marfim. Após intensas disputas políticas internas, Laurent Gbagbo –

⁸ A *European Union Force Tchad/RCA*, foi uma missão militar da União Europeia, realizada com a permissão do Conselho de Segurança da ONU, para intervir no conflito do país.

⁹ Essa não seria a primeira e nem a última vez que a França apoiaria a permanência de Déby no poder, tendo atuando inclusive diretamente em 2006, utilizando aviões de guerra contra rebeldes que buscavam ocupar a capital, Ndjamena (BERG, 2009).

presidente que comandou a Costa do Marfim de 2000 a 2010 – e Alassane Ouattara – principal líder de oposição ao presidente marfinense e pessoa próxima de Sarkozy –, proclamaram-se vencedores da eleição no país. Mesmo que se mostrasse um aliado Francês em algumas questões – empresas francesas, por exemplo, controlavam o abastecimento de água e energia elétrica no país –, Gbagbo era entusiasta de uma maior reformulação da política francesa para África, já havendo demonstrado interesse em, por exemplo, abandonar o Franco CFA. A relação diplomática entre Gbagbo e o governo francês passou a se deteriorar ainda mais por conta da instabilidade política interna, principalmente com a adoção de uma retórica anti-imperialista, buscando apoio de outros Estados africanos para resolver o conflito, o que contribuiu para que o governo francês, nesse contexto, passasse a ver Ouattara como uma opção mais adequada para governar a Costa do Marfim (MONCRIEFF, 2012).

Com o avanço das tropas de oposição em cidades estratégicas do país, a França passou a aumentar o número dos seus soldados em território marfinense, saltando de 900 para 1.700 combatentes (MONCRIEFF, 2012). A França, então, obteve apoio do Conselho de Segurança da ONU, através da resolução 1975, para “usar todos os meios necessários para cumprir seu mandato de proteger civis sob ameaça iminente de violência física” (UNSCR, 2011, p.3). Assim como na Líbia, a resolução do Conselho de Segurança legitimou uma ação francesa que não parecia ter como objetivo principal a proteção de civis no país, visando, pelo contrário, interesses políticos e econômicos mais amplos. Dessa forma, a derrubada dos líderes em ambos os países era vista como fundamental para consolidar esses interesses, não importando se a instabilidade, ocasionada pelas intervenções, tivesse consequências deletérias para tais Estados (OLIVEIRA, 2015; TRAORÉ, 2019). A França, portanto, teve uma importância fundamental na prisão de Gbagbo e na conquista de poder de Alassane Ouattara, fornecendo meios militares para que tal ação fosse concretizada. Após a chegada de Ouattara ao poder, o governo francês continuou tendo uma presença ativa no país, mantendo suas tropas e o ajudando no alívio das dívidas públicas (KOEPEF, 2012; TRAORÉ, 2019).

Dessa forma, é possível avaliar a continuidade do neocolonialismo francês no governo Sarkozy. Mesmo assinalando discursivamente que a França iria evitar intervenções e reformar a presença militar no continente africano, isso foi feito apenas parcialmente (SARKOZY, 2008). Ainda que as bases no Senegal e na Costa do Marfim, por exemplo, tenham sido fechadas, a França ainda manteve tropas nos dois países (TAYLOR, 2010). Além disso, as intervenções francesas continuaram a acontecer, tanto de forma multilateral – como as intervenções em Darfur e na Líbia – quanto unilateral – como a intervenção na Costa do Marfim (KOEPEF, 2012; MONCRIEFF, 2012).

François Hollande (2012-2017): “*Le temps de la Françafrique est révolu.*”¹⁰

Após as promessas de normalização das relações francesas com o continente africano, durante os governos de Nicolas Sarkozy e Jacques Chirac, não trazerem resultados concretos, o neocolonialismo francês parecia persistir mesmo frente à nova conjuntura mundial do pós-Guerra Fria. Entretanto, mais uma vez, a promessa de uma normalização pareceu se renovar com a eleição de François Hollande, que derrotou Sarkozy nas eleições de 2012. Político do Partido Socialista, Hollande não possuía qualquer vínculo prévio com o continente africano, nem mesmo informalmente – como fora o caso de Sarkozy. Além disso, durante sua campanha, nenhuma política definida para a África foi apresentada, pois o foco de seu governo era amplamente voltado para questões domésticas (CHAFER, 2016; MELLY; DARRACQ, 2013). Assim, o distanciamento do novo presidente francês das figuras da Françafrique, e do próprio continente, parecia oferecer bases para o rompimento da política colonial francesa na África.

Assim, após a posse, mesmo sem uma política clara para o continente, François Hollande buscava dar uma sustentação discursiva e material de que as relações francesas com a África haviam mudado. Essa nova condução pautava-se principalmente na sua de realizar as transformações que Sarkozy – adversário político interno – não havia feito, representando, portanto, um avanço em relação ao antigo governo. A manifestação mais concreta disso foi um pronunciamento feito por Hollande em Dakar, cinco anos após o discurso colonialista proclamado por Sarkozy na mesma cidade. Durante essa fala, o novo presidente francês afirmou que o tempo da Françafrique havia acabado, deixando claro que, a partir de então, as relações entre a França e os Estados africanos seriam pautadas por “respeito, clareza e solidariedade” (HOLLANDE, 2012a). Outros discursos, feitos pelo presidente na mesma época, sinalizavam essa perspectiva de mudança, de tal forma que as relações franco-africanas deveriam ser pautadas pelo “respeito” e pela “transparência”, buscando um “novo acordo” que fosse “diferente do passado” (HOLLANDE, 2012b; 2012c).¹¹

No campo prático, houve uma série de pequenas mudanças iniciais, que visavam romper com a antiga política externa francesa para o continente e ampliar e aprofundar as relações da França para além do Sahel. Apesar de manter a célula africana do Eliseu ativa, Hollande nomeou Hélène Le Gal, diplomata cuja carreira fora voltada para os países anglófonos no Leste do continente, para chefiar a unidade. Essa ação deu bases mais sólidas para se acreditar em uma mudança de postura, uma vez que todos os antigos chefes que ocuparam esse cargo tinham como especialidade justamente os países

¹⁰ “O tempo da *Françafrique* acabou” (HOLLANDE, 2012a, n.p., tradução nossa).

¹¹ A declaração de Hollande sobre a atuação “brutal” da França na Argélia, durante a Guerra de Independência do país, também foi celebrada, uma vez que ele se tornava o primeiro presidente francês a reconhecer os erros e abusos franceses (HOLLANDE, 2012d; RIEKER, 2017).

francófonos (MELLY; DARRACQ, 2013; RIEKER, 2017). Além disso, as relações franco-africanas, sob o novo governo, deveriam ser conduzidas por meio de canais formais de negociação e comunicação, buscando evitar as relações informais que caracterizam a Françafrique (MELLY; DARRACQ, 2013). Retomando uma tendência que vinha desde Mitterrand, o governo de Hollande também buscava dar prioridade aos governos considerados democráticos no continente, buscando inclusive isolar líderes autoritários que historicamente tinham relações especiais com a França¹² (CHAFER, 2016; MELLY; DARRACQ, 2013).

A tentativa do novo governo francês de ampliar suas parcerias no continente africano também foi considerável. Esse era um objetivo já antigo da França, uma vez que a crescente presença e influência de novos atores na África, principalmente a China e outros países emergentes, desafiava os interesses econômicos do país no continente. No aspecto econômico, por exemplo, a França havia perdido 50% de sua participação no mercado africano desde o início do século (CHAFER, 2014). Assim, no governo Hollande, a mudança de direção da Célula Africana e a retórica de se romper com as relações especiais com o continente tinham como objetivo justamente reverter esse forte declínio, ao passar a imagem de uma “nova França” (MELLY; DARRACQ, 2013; RIEKER, 2017). Para tanto, na África, Hollande buscou manter relações no âmbito dos principais blocos e organizações do continente, principalmente a União Africana. Isso proporcionava ao novo governo francês dois resultados mais concretos: o primeiro era dar bases para a retórica de um fim da Françafrique, baseado em uma cooperação multilateral com o continente, na qual os interesses franceses deveriam convergir com os dos demais atores; segundo, no âmbito político, abriam-se novos espaços de atuação do governo francês, para além daqueles Estados nos quais o país já tinha uma presença dominante (RIEKER, 2017).

Como argumentado, todas essas mudanças pontuais, que ocorreram durante o governo de Hollande, pareciam sustentar o discurso do novo presidente de um “fim da Françafrique”. No entanto, é necessário avaliar que a relação francesa com suas ex-colônias se dá de forma complexa, envolvendo interesses domésticos diversos, tanto das elites francesas quanto das elites de alguns Estados africanos. Dessa forma, ao longo das décadas, a Françafrique foi se institucionalizando, tornando difícil a realização de mudanças abruptas (LEBOEUF; QUENOT-SUAREZ, 2014). Assim, mesmo que Hollande sinalizasse por uma alteração de rumo dessas relações, na prática, ele esbarrou em mecanismos que impediam transformações efetivas. Neste sentido, é possível verificar a persistência

¹² Hollande, por exemplo, recusou-se a convidar Idriss Déby, líder do Chade, para o Eliseu, por considerar que seu governo não respeitava os direitos humanos. Além disso, durante a Cúpula da Francofonia em Kinshasa, em 2012, o presidente francês se recusou a cumprimentar Joseph Kabila, então presidente da República Democrática do Congo, considerando a situação de direitos humanos no país como “completamente inaceitável” (CHAFER, 2016).

da política neocolonial francesa na África durante o seu governo, de forma clara, em ao menos dois momentos: o primeiro deles em relação às intervenções realizadas pela França no continente, e o segundo em relação à promoção político-econômica francesa na África.

A guerra civil no Mali, iniciada meses antes de Hollande vencer as eleições, representa um ótimo exemplo da continuidade da política neocolonial francesa. Em linhas gerais, o conflito era resultado de uma disputa por maior autonomia da região norte do país, liderada pelo povo Tuaregue, em relação à capital. Esses embates foram comuns desde o início da independência e, já no século XXI, o fortalecimento de grupos jihadistas na região, somado à aquisição de armas providas da Guerra na Líbia, na esteira da chamada Primavera Árabe, fortaleceram os grupos rebeldes (OLIVEIRA, 2015). A incapacidade do governo malês de lidar com o conflito levou a um golpe de Estado em 2012, que acabou por aprofundar a crise no país (TRAORÉ, 2019). Com a piora da crise humanitária e o medo de que os grupos rebeldes tomassem o poder no país, diversos líderes da região – como os da Nigéria, do Senegal e da Costa do Marfim –, além do próprio presidente interino do Mali, demandaram ajuda francesa (CHAFFER, 2016).

Mesmo que afirmasse inicialmente que não haveria intervenção no país (HOLLANDE, 2012c), pressões internas e externas levaram o governo Hollande a agir. O Mali possui uma posição geográfica importante para a França, pois se localiza em um ponto central na região de influência francesa na África – é, por exemplo, país vizinho do Níger, indispensável fornecedor de urânio para o Estado francês –, além do próprio país ser um importante fornecedor de produtos primários para a França (BOEKE; SCHUURMAN, 2015). Dessa forma, assegurar a estabilidade no Mali significaria assegurar os interesses franceses na região. Assim, através da resolução do CSNU 2085 e do pedido do presidente interino do Mali, a França encontrou justificativas necessárias para realizar a intervenção, que recebeu o nome de “Operação Serval”. É necessário pontuar que essa ajuda requisitada pelo líder malinês se restringia ao apoio de inteligência e aéreo; no entanto, o governo francês decidiu por enviar e manter tropas no país, mesmo após o fim da operação, em 2014 (CHAFFER, 2016).

A princípio, uma diferença importante pode ser notada nessa intervenção em relação às feitas nos governos anteriores. Enquanto os governos de Chirac e Sarkozy priorizavam ações conduzidas multilateralmente, principalmente por meio da União Europeia, com François Hollande foi retomada uma política que priorizava a autonomia de decisão do Estado francês. Com isso, na prática, não se buscou agir em conjunto com outros atores, mas sim dividir as tarefas dos atores participantes da intervenção. Enquanto o exército francês, por exemplo, realizava os confrontos diretos contra os rebeldes, a União Europeia – pela EUTM Mali – treinava tropas malês, e a ONU, em conjunto com a União Africana – através da MINUSMA –, fornecia as missões de peacekeeping (CHAFFER, 2016).

A intervenção no Mali e a condução militar centralizada unilateralmente demonstram um aspecto importante da presença francesa na África, ao reforçar a importância da França na questão securitária do continente e, conseqüentemente, justificar o país como uma grande potência, que necessita ocupar espaço de destaque nas discussões de segurança internacional. A reafirmação do poder militar francês, feita por meio de operações no continente africano, é um elemento central para se entender a projeção internacional da França no âmbito do Conselho de Segurança da ONU, por exemplo. No Mali, portanto, Paris demonstrou aos demais atores internacionais sua capacidade de ação para assegurar a estabilidade e segurança na África – um discurso paternalista, que remontava às justificativas do período pós-independência (CHAFER, 2016). Como consequência da nova conjuntura mundial, essa presença acabou sendo justificada pelo combate ao terrorismo e para salvaguardar a liberdade democrática e os direitos humanos. Entretanto, assim como aconteceu em outros lugares – como o Iraque ou a própria Líbia –, a promoção da paz liberal acaba se contradizendo com a própria intervenção. A realização de eleições no Mali em 2013, por exemplo, exigidas e celebradas pela França e outros países da região, não levou em conta outras questões que ainda estavam presentes na sociedade malês, e que não poderiam ser combatidas apenas com eleições. Neste sentido, a intervenção realizada pelo governo Hollande no país africano, mesmo com respaldo internacional, reproduziu novamente um caráter neocolonial, pois ignorou desafios enraizados naquela sociedade – e que, em boa parte, foram causados pelas relações com a própria França –, que mantém o país em uma situação de dependência estrutural do aparato militar francês (BOEKE; SCHUURMAN, 2015; CHAFER, 2016).

É importante, ainda, mencionar outros dois casos de intervenção francesa durante o governo Hollande. Em 2013, na República Centro Africana, o governo francês decidiu intervir no país – na chamada “Operação Sangaris” –, com o objetivo de “restaurar a estabilidade” e “proteger a população” – o que contrariava as falas iniciais de Hollande de que não seria realizada uma intervenção (MINISTÈRE DES ARMÉES DE FRANCE, 2013). Diferentemente do Mali, a presença militar francesa na RCA se manteve mesmo após a independência, além de o governo francês ter patrocinado sete golpes de Estado no país desde 1960 (CHAFER, 2016). Parte desse passado intervencionista explica a relutância inicial do governo Hollande de intervir no país em 2013, uma vez que a Operação Serval já estava em andamento no Mali – uma nova intervenção em outro país significaria incorrer em custos adicionais –, o que se reforçava por conta do objetivo do presidente francês de se afastar da imagem neocolonial (ERFORTH, 2020). A intervenção na RCA, no entanto, teve uma particularidade relevante. Diferentemente das intervenções do passado, a França não agiu no intuito de combater o grupo rebelde que ameaçava Bozizé. Ao contrário, buscou manter-se distante da figura do ex-

presidente centro-africano, que já era bastante impopular – a intervenção, nesse contexto, ocorreu meses após o golpe que destituiu Bozizé de seu cargo, mesmo que ele tivesse requisitado ajuda francesa anteriormente (ERFORTH, 2020). Apesar disso, mais uma vez, fica implícita na intervenção francesa a “responsabilidade” de garantir segurança às suas antigas colônias. Assim como no Mali, o governo Hollande ainda optou por manter suas tropas na RCA após o encerramento da missão, demonstrando, mais uma vez, traços de continuidade em relação aos governos anteriores.

Um aspecto importante que passa a ocorrer no governo francês, principalmente após a Operação Sangaris, é a aproximação de Hollande com figuras das quais antes ele havia tentado se desvincular, o que foi necessário para que ele conseguisse realizar as intervenções militares no continente, e articular políticas mais bem definidas para a África (LEBOEUF; QUENOT-SUAREZ, 2014). Isso se tornou ainda mais evidente com a Operação Barkhane, quando Hollande começou a cooperar com antigos nomes da Françafrique, como Idriss Déby e Ali Bongo. O propósito dessa operação era justamente expandir a Operação Serval, ou seja, ampliar o escopo do combate ao terrorismo para mais países da região – Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger e Chade, o chamado "G5 Sahel" (CHAFFER, 2016). A França, nesse contexto, incrementou a presença de tropas e equipamentos militares na região.¹³ Embora buscasse agir multilateralmente com mais países da região, em termos absolutos, era evidente a assimetria de poder entre esses Estados. Nesse sentido, havia um limite claro na capacidade de ação dos atores africanos, deixando esses dependentes, em larga medida, da condução francesa (CHAFFER, 2016). De modo geral, é possível observar a expansão da presença militar no Sahel durante o governo Hollande, contrariando as expectativas iniciais, e demonstrando que a França ainda se manteve ativa na manutenção de seus interesses na região.

Outro ponto em que é possível observar uma continuidade da antiga política francesa no continente diz respeito ao âmbito político-econômico. Como observado, Hollande buscou fazer promessas de uma alteração das relações entre a França e a África, caracterizadas por mudanças pontuais no campo discursivo e prático. No entanto, como aponta Melissa Hanson (2020), os discursos e mudanças promovidas pelo presidente francês carregavam implicitamente um caráter paternalista. Em sua política para o continente, Hollande reafirmou diversas vezes um “dever da França”, em que o governo do país seria responsável por ajudar, por meio tanto do suporte militar quanto econômico, nas questões africanas (HANSON, 2020). Destarte, por meio de uma retórica paternalista, o governo de Hollande continuou mantendo uma política intervencionista na África, justificando-a como uma responsabilidade francesa. Esse discurso tinha o objetivo exatamente de justificar as práticas, buscando

¹³ “3.000 homens, 200 veículos de abastecimento, 200 porta-aviões blindados, seis aviões de combate, vinte helicópteros, sete aviões de transporte e quatro drones” (CHAFFER, 2016, p.15-16, tradução nossa).

legitimar a presença francesa no continente, a qual teria um papel de “promover o desenvolvimento africano” (HANSON, 2020). Na prática, entretanto, o que aconteceu em seu governo foi “uma promoção sem concessões dos interesses econômicos franceses” (TRAORÉ, 2019, p. 47, tradução nossa). Dessa forma, a estrutura da inserção econômica francesa na África, embora realizada de maneira mais formal, não foi rompida – a continuidade da paridade entre o Franco CFA e o Euro, mesmo com promessas iniciais de mudança, é um exemplo disso (BOISBOUVIER, 2015). As políticas de assistência financeira, que cresceram no governo Hollande, também reafirmam essa atitude paternalista, além de manter ativa a condição de dependência das ex-colônias (HANSON, 2020; MELLY; DARRACQ, 2013). Assim, apesar das particularidades e de algumas mudanças pontuais, o governo Hollande demonstrou, também, sustentar uma política neocolonial para o continente.

Emmanuel Macron (2017-Presente): “*Il n’y a plus de politique africaine de la France*”¹⁴

Em 2017, assumiu a presidência francesa Emmanuel Macron, que continua ocupando o cargo até o momento da elaboração desse artigo. Assim como fora feito nos governos anteriores, Macron também buscava assinalar que as relações especiais francesas no continente africano já não existiam mais (MACRON, 2017). A semelhança com o que vinha sendo feito nos governos anteriores é notável. Para reforçar a ideia de que as relações neocoloniais haviam sido superadas, o novo presidente francês buscava exaltar a nova “amizade” e “cooperação” existente entre os atores – expressões que foram amplamente usadas nos governos anteriores –, e que ele pertencia a uma nova geração que não mais possuía vínculos formais na África – argumento também utilizado por Nicolas Sarkozy e François Hollande (MACRON, 2017; TRAORÉ, 2019).

O objetivo dessas práticas discursivas, frequentemente usadas por presidentes franceses, é colocar para trás todo o passado de exploração, e inaugurar uma nova fase das relações da França com o continente africano. No entanto, como analisado, a política francesa concretizada na África nos últimos 20 anos havia sido de persistência dos instrumentos neocoloniais: o Franco CFA e as empresas de origem francesa ainda ocupavam uma posição de extrema relevância nas antigas colônias francesas; as intervenções militares ainda ocorriam, sendo inclusive intensificadas sob a Operação Barkhane, durante o governo Hollande; a proximidade das antigas elites políticas e econômicas francesas e africanas ainda eram expressivas. Desse modo, a colocação de Macron de que não existiria mais uma política africana para a França (MACRON, 2017) se mostrou falsa, ignorando a política exterior de seus antecessores. Além disso, a afirmação do presidente francês de que “os problemas que a África enfrenta hoje são completamente diferentes [...] e são civilizacionais” (DEARDEN, 2017, tradução

¹⁴ “Não existe mais uma política africana para a França” (MACRON, 2017, n.p., tradução nossa).

nossa), demonstra que Macron não abandonou o viés paternalista, e continua a reproduzir um discurso colonialista, recorrente entre governantes franceses (TRAORÉ, 2019).

Assim, discursivamente, Macron se assemelha em muitos aspectos com os governos anteriores. Entretanto, é necessário pontuar que, para validar suas afirmações de que a *Françafrique* havia sido superada, o novo presidente francês também realizou algumas mudanças em sua política externa para a África. Dando continuidade ao que já vinha sendo feito anteriormente, Macron buscou projetar a França para além de suas antigas colônias no continente, mantendo relações próximas com África do Sul, Angola e Nigéria (PILLING; MUNSHI; MALLETT, 2020). Neste sentido, a devolução de artefatos e relíquias arqueológicas ao Benim e ao Senegal, que haviam sido roubadas do continente e armazenadas em museus franceses, também ajudavam a melhorar a imagem de Macron e da França em sua relação com a África (PILLING; MUNSHI; MALLETT, 2020). Além dessas mudanças pontuais, o governo de Macron também assinalou por duas alterações mais expressivas: a extinção do Franco CFA e o fim da Operação Barkhane (MACRON, 2020; 2021a).

O Franco CFA constitui uma importante ferramenta de controle econômico francês no continente africano, desde a independência formal das ex-colônias francesas. A moeda, utilizada por 14 países africanos, mantém paridade fixa com a moeda francesa, restringindo, em última instância, o controle monetário à França. Além disso, a centralização do câmbio garante que metade das reservas desses países permaneçam no tesouro francês (VERSCHAVE, 2005). Assim, a instrumentalização do Franco CFA garantiu à França não só um controle econômico em suas antigas colônias, mas também viabilizou um fácil escoamento de riquezas e capital, possibilitados pelo sistema de livre transferência entre os países que compõem o bloco e a França (PIGEAUD; SYLLA, 2018). Desse modo, a decisão de Macron de supostamente “romper as amarras” e declarar o fim do Franco CFA, poderia representar uma ruptura, ao menos no aspecto econômico, da presença neocolonial francesa na África (MACRON, 2019). É necessário, portanto, realizar uma análise mais profunda sobre essa promessa feita pelo presidente francês.

Por representar um forte instrumento neocolonial francês, o debate sobre a criação de uma nova moeda que substituísse o Franco CFA não é algo novo. O desejo de se criar uma moeda comum no Oeste africano já havia sido intensamente discutido dentro da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). O próprio “Eco”, nome da possível moeda que substituirá o Franco CFA, já havia sido proposto diversas vezes antes, e deveria ter entrado em vigor no ano de 2015 – o que não ocorreu, com a proposta sendo adiada (PIGEAUD; SYLLA, 2018). Com a reforma, foi prometido que a França não mais ocuparia um cargo dentro do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), e os países que antes adotavam o Franco CFA não precisariam ter metade de suas reservas no tesouro francês (BENSIMON, 2019).

Dois pontos parecem cruciais para entender essa nova reforma: apesar do anúncio da retirada de representantes franceses do BCEAO, o projeto de lei, votado na França e que autoriza o acordo, demonstra a influência francesa no âmbito da União Econômica e Monetária do Oeste Africano, uma vez que o país mantém um dispositivo de consulta para o comitê de política monetária da instituição (FRANCE, 2021, Art.4), além de poder intervir diretamente “em caso de crise”, nomeando um representante (FRANCE, 2021, Art.8). Outro ponto de destaque é que, mesmo abolindo a obrigação da manutenção de reservas no tesouro francês, o Eco ainda manterá paridade fixa com o Euro. Como argumentado, a paridade fixa com a moeda francesa é uma das bases do controle monetário francês. Desse modo, parece claro que não há uma mudança significativa com a possível chegada do Eco, permitindo que a França continue mantendo uma grande influência nas decisões macroeconômicas de suas antigas colônias.

Além disso, a proposta do fim do Franco CFA foi anunciada em dezembro de 2019, e deveria entrar em vigor no final de 2020 (NUBUKPO, 2021). Entretanto, mais uma vez, o projeto ainda não se concretizou. Durante o 57º fórum da CEDEAO, foi decidido que a reforma monetária seria adiada por conta da pandemia da COVID-19. Embora, no documento oficial, os governantes expressassem seu comprometimento com a reforma, mantendo a “abordagem gradual para o lançamento do Eco”, uma nova data não foi estipulada (ECOWAS, 2020).

O fim do Franco CFA, portanto, não parece significar um fim da influência fiscal e monetária francesa no continente africano. O governo do país europeu, mais uma vez, parece apresentar reformas que funcionam mais no nível simbólico do que prático. Desse modo, o “Eco” se resume em uma proposta anunciada e planejada, majoritariamente, pelo governo francês e que, para se concretizar, deve ser aprovada no parlamento do próprio país (NUBUKPO, 2021). Novamente, reproduzindo um caráter neocolonial, as decisões que deveriam ser dirigidas e elaboradas pelos próprios atores africanos, acabam sendo decididas e executadas pelo antigo governo colonial.

Outro anúncio de grande importância feito por Macron, em 2021, se refere ao fim da Operação Barkhane. Como apresentado anteriormente, a Operação, iniciada pelo governo de François Hollande, em 2014, aumentou ainda mais a presença militar francesa no Sahel. Em linhas gerais, é possível elencar três traços de continuidade do envolvimento militar francês durante o período de Macron: primeiramente, a proximidade com lideranças africanas, associadas à *Françafrique*, que possuem importância fundamental para o funcionamento da Operação – os dois exemplos mais claros são no Mali e no Chade. Em segundo lugar, Macron também utiliza da mesma retórica que governos anteriores para justificar a presença francesa na região: a “Guerra ao Terror”. Além de diversas simplificações concernentes à situação malinense, um dos principais equívocos do governo francês foi

a não-compreensão de que os grupos de guerrilha daquela região estão inseridos numa disputa regional, e não à nível global, como é o caso de grupos como a Al-Qaeda ou o ISIS. Por último, a Operação Barkhane se mostrou extremamente mal coordenada e planejada. Como argumentado na seção anterior, o governo francês parece avaliar de maneira errônea as origens e causas do conflito, além de reforçar os grupos que eles buscam combater, causando impactos sociais talvez até mais desastrosos (SOUCY, 2021; WING, 2016).

A Operação Barkhane, portanto, significou uma das principais ações neocoloniais do Século XXI, e, por conta disso, o anúncio de Macron de um fim da operação poderia representar uma mudança de direção importante. Segundo o presidente francês (MACRON, 2021b), o fim da operação significaria uma redução de cinco mil soldados para dois ou três mil. Além disso, diversas bases utilizadas na missão seriam fechadas. A retirada estaria prevista para o primeiro trimestre de 2022 e, por conta disso, uma análise precisa dos resultados deste anúncio não poderá ser feita neste artigo. É necessário, no entanto, considerar alguns aspectos desse anúncio. O primeiro, e mais importante deles, é que a França não irá retirar a totalidade de seu exército da África. Mais uma vez, as mudanças são realizadas em ritmo lento e conservador, e acabam preservando, de uma maneira ou de outra, a estrutura já estabelecida. A França continuará a ter exércitos na região e nenhum mecanismo impede que novas intervenções aconteçam no futuro, pelo contrário, a permanência de mais de 3.000 soldados na região também indica uma continuidade da estrutura militar neocolonial.

Em linhas gerais, como argumentado, Macron manteve uma política externa ativa para com o continente africano. O presidente francês buscou normalizar as relações francesas com Ruanda, e admitiu uma “responsabilidade esmagadora” da França pelo genocídio de 1994 (BOUBOUTOU-POOS, 2021). Além disso, tentou facilitar o diálogo do Banco Mundial e do FMI com alguns países africanos, buscando auxiliar esses Estados na recuperação da pandemia da COVID-19 (ELYSEE, 2021). Macron, entretanto, não abandonou antigos vínculos de líderes africanos com a França, mantendo relações próximas com Alassane Ouattara, indo pessoalmente ao funeral de Idriss Déby e apoiando seu filho, Mahamat Déby, presidente do Conselho Militar de Transição (TRAORÉ, 2018; REUTERS, 2021). Parece claro que a política francesa para a África, sob o governo de Emmanuel Macron, não apresenta uma mudança expressiva. Há, assim como nos outros governos, mudanças pontuais, que atuam mais no nível simbólico do que prático. Assim, apesar das mudanças conjunturais e das promessas de mudanças, a interferência da França no continente africano ainda é expressiva, e não há sinais de que possa haver uma ruptura a médio prazo.

Considerações finais

Como argumentado, parece claro que, apesar de algumas mudanças pontuais e sucessivos discursos prometendo mudanças, o conteúdo das relações que estruturam a *Françafrique*, desde a década de 1960, persistiram. Apesar das diversas pressões por ruptura – vindo da comunidade internacional e dos próprios atores africanos –, intensificadas com o fim da Guerra Fria, a França conseguiu manter uma influência expressiva no continente. Isto pode ser observado na questão econômica, pela persistência do Franco CFA e o desejo francês em manter as instituições financeiras de suas ex-colônias atrelado à seu controle; na questão militar, pelas frequentes intervenções no continente que, mesmo “maquiadas” com um verniz de “operações multilaterais”, eram em grande parte conduzidas pela França; e, também, na questão política, uma vez que os vínculos especiais entre elites francesas e africanas continuaram a guiar boa parte da política entre estes Estados.

Cumpramos ressaltar, todavia, que a situação conjuntural vivida pelo continente africano no século XXI é bastante distinta do período da Guerra Fria. As transformações experimentadas pelo continente, assim como a presença de outros atores no continente – especialmente a China –, deram maior poder de barganha a esses Estados. Se antes foi possível observar uma interferência quase unilateral francesa, já neste século, as elites de alguns Estados africanos têm demonstrado capacidade de manter certa influência no Eliseu. É neste sentido que a França busca consolidar novas estratégias para a África, como conduzir operações militares que funcionam num nível multilateral – mas que são conduzidas pela França –, ou abranger relações com outros atores no continente, que não faziam parte da região de influência francesa. A África é, portanto, vista como essencial para a política externa francesa. Em linhas gerais, isso ocorre tanto por conta dos interesses econômicos das elites francesas no continente africano, quanto pela busca por manter uma posição de potência relevante em âmbito internacional, garantindo a ela, por exemplo, um assento no Conselho de Segurança da ONU.

Assim, cabe destacar outro ponto importante: a questão da *Françafrique* está localizada no âmbito estrutural. Isso é dizer que, apesar das mudanças conjunturais exercerem impactos nesse tema, uma transformação das relações franco-africanas deve necessariamente penetrar aspectos mais profundos do funcionamento de cada Estado. Este ponto é necessário para se compreender os motivos pelos quais em alguns momentos em que a as relações pareciam se encaminhar para uma ruptura, os traços de continuidade voltavam a aparecer, e as promessas de mudanças permaneciam apenas no campo discursivo. Esclarecer essa questão não significa justificar as ações dos presidentes franceses que foram analisadas neste artigo; pelo contrário, trata-se de ressaltar que as promessas de ruptura, sobretudo enquanto realizadas em nível individual, são estranguladas pela estrutura das relações.

Neste sentido, também é necessário pontuar que a *Françafrique* também não existe sem a atuação africana – isso parece ficar claro quando observamos, por exemplo, os casos de Omar Bongo e Alassane Ouattara, ou mesmo as intervenções francesas no Chade e no Mali. Como argumentado, a influência de algumas elites africanas na França é considerável – o caso de Jean-Marie Bockel, discutido anteriormente, parece ser um exemplo claro disso. Dessa forma, uma ruptura das relações neocoloniais tem como pressuposto transformações em ambos os lados – o que, contudo, parece difícil. Em linhas gerais, portanto, a análise nos permite perceber que apesar da existência de um discurso recorrente de transformações nessas relações – e mesmo de transformações efetivas, ainda que pontuais –, essas tiveram impactos limitados em sua estrutura, de tal forma que a essência das relações neocoloniais franco-africanas tem se mantido constante.

Referências

- ADEBAJO, Adekeye. **The curse of Berlin**: Africa after the Cold War. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- AGIER, Michel. L'Afrique en France après le discours de Dakar. **Vacarme**, [S.l.], n. 1, p. 79-81, 2008.
- AMIN, Samir. Underdevelopment and dependence in Black Africa: origins and contemporary forms. **The Journal of Modern African Studies**, [S.l.], v.10, n. 4, p.503-524, 1972.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e terra, 2008.
- BENSIMON, Cyril. La fin du franc CFA annoncée par Emmanuel Macron et Alassane Ouattara. **Le Monde**, 21 dez. 2019.
- BERG, Peter. EUFOR Tchad/RCA: The EU serving French interests. In: ASSEBURG, Muriel; KEMPIN, Ronja (Eds.) **The EU as a strategic actor in the realm of security and defence?** A systematic assessment of ESDP missions and operations. Berlin: German Institute for International and Security Affairs, 2009.
- BOEKE, Sergei; SCHUURMAN, Bart. Operation 'Serval': A strategic analysis of the French intervention in Mali, 2013–2014. **Journal of strategic studies**, v. 38, n. 6, p. 801-825, 2015.
- BOISBOUVIER, Christophe. **Hollande l'Africain**. Paris: La Découverte, 2015.
- BOUBOUTOU-POOS, R. M. Génocide Rwandais: la France responsable mais pas coupable pour Emmanuel Macron. **BBC**, 27 mai. 2021 Disponível em: <https://www.bbc.com/afrique/region-57269143>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- CARMODY, Pádraig. **The new Scramble for Africa**. Cambridge: Polity, 2011.

CHAFER, T. Hollande and Africa Policy. **Modern & Contemporary France**, [S.l.], v.22, n.4, p. 513–531, 2014.

CHAFER, Tony. France in Mali: Towards a new Africa strategy? **International journal of francophone studies**, [S.l.], v.19, n.2, p. 119-141, 2016.

CHAFER, Tony. Franco-African Relations: No Longer So Exceptional? **African Affairs**, [S.l.], v.101, n.404, p.343–63, 2002.

CHARBONNEAU, Bruno. **France and the New Imperialism: security policy in Sub-Saharan Africa**. Burlington: Ashgate, 2008.

CORNELISSEN, Scarlett; CHERU, Fantu; SHAW, Timothy (Eds.). **Africa and International Relations**. New York: Palgrave, 2012.

HAZAN, Naomi; MORTIMER, Robert ; RAVENHILL, John ; ROTHCHILD, Donald. **Politics and Society in Contemporary Africa**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1992.

CHIRAC, Jacques. **Conférence de presse de M. Jacques Chirac, président de la république, sur la démocratie et la prévention des conflits en Afrique et les accords de Marcoussis sur la Côte d'Ivoire**. Paris, 21 Fev. 2003. Disponível em: <https://www.elysee.fr/front/pdf/elysee-module-10152-fr.pdf>. Acesso em: 16 Mar, 2021.

CHIRAC, Jacques. **Discours de M. Jacques Chirac, président de la république, sur l'histoire de l'Afrique et son accession à la démocratie**. Brazzaville, 18 Jul. 1996. Disponível em: <https://www.elysee.fr/front/pdf/elysee-module-8479-fr.pdf>. Acesso em: 16 Mar, 2021.

DEARDEN, Lizzie. Emmanuel Macron Claims Africa Held Back By “Civilisational” Problems and Women Having “Seven Or Eight Children”. **The Independent**, 11 Jul.2017 Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/world/europe/emmanuel-macron-africa-development-civilisation-problems-women-seven-eight-children-colonialism-a7835586.html>. Acesso em: 02 Ago, 2021.

ECOWAS. **Final Communiqué, Fifty-Seventh Ordinary Session of the ECOWAS Heads of State and Government**. Niamey, Niger. 7 Sep. 2020. Disponível em: https://www.ecowas.int/wp-content/uploads/2020/09/ENG_Final-Communique%CC%81_57th-Summit_07092020.pdf. Acesso em: 10 Ago. 2021.

ÉLYSEE. **Summit on the Financing of African Economies**. 18 mai. 2021. Disponível em: <https://www.elysee.fr/en/emmanuel-macron/2021/05/18/summit-on-the-financing-of-african-economies-1>. Acesso em: 10 ago. 2021.

ERFORTH, Benedikt et al. **Contemporary French security policy in Africa**. Gewerbestrasse: Springer International Publishing, 2020.

FRANCE. LOI n° 2021-108 du 3 février 2021. **Autorisant l'approbation de l'accord de coopération entre le Gouvernement de la République française et les Gouvernements des Etats membres de l'Union monétaire ouest-africaine.** Disponível em: https://www.assemblee-nationale.fr/dyn/15/dossiers/alt/accord_cooperation_union_monetaire_ouest_africaine. Acesso em: 16 Ago. 2021.

HANSON, Melissa. **Paternalism and Bilateral Aid Assistance: The Case of France and its Former Colonies in the Sahel Region of Africa in Hollande and Macron's Mandates.** Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Université de Liège, 2020. Disponível em: <https://matheo.uliege.be/handle/2268.2/9267>. Acesso em: 2 Out. 2021.

HOLLANDE, François. **Discours du Président de la République française François Hollande devant l'Assemblée nationale sénégalaise.** Dakar, 15 out. 2012a. Disponível em: <https://www.jeuneafrique.com/173903/politique/france-afrique-le-texte-du-discours-de-dakar-prononc-par-fran-ois-hollande/>. Acesso em: 23 Abr. 2021.

HOLLANDE, François. **Déclaration de M. François Hollande, Président de la République, sur les défis et priorités de la politique étrangère de la France.** Paris, 27 Ago. 2012b. Disponível em: <https://www.vie-publique.fr/discours/185772-declaration-de-m-francois-hollande-president-de-la-republique-sur-les>. Acesso em: 23 Abr. 2021.

HOLLANDE, François. **Entretien exclusif de François Hollande avec FRANCE 24.** Youtube, 11 Out. 2012c. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=v2iLq03vKc&ab_channel=FRANCE24FRANCE24Verificado. Acesso em: 23 Abr. 2021.

HOLLANDE, François. **Discours de M. Le Président De La République Devant Les Deux Chambres Réunies Du Parlement Algerien.** Argel, 20 dez. 2012d. Disponível em: http://www.tv5monde.com/cms/userdata/c_bloc_file/7/7282/7282_fichier_20.12-Discours-devant-les-deux-chambres-re-unies-du-Parleme.pdf. Acesso em: 23 Abr. 2021.

IANNI, Octavio. Globalização e neoliberalismo. **São Paulo em perspectiva**, [S.l.], v.12, n.2, p.27-44, 1998.

JOSSELIN, Charles. **Déclaration de M. Charles Josselin, ministre délégué à la coopération et à la francophonie, sur la nouvelle politique africaine de la France en liaison avec la politique étrangère, l'aide au développement pour le continent africain, la prévention des conflits et la coopération décentralisée.** Paris, 25 Nov. 1998. Disponível em: <https://www.vie-publique.fr/discours/153379-declaration-de-m-charles-josselin-ministre-delegue-la-cooperation-et>. Acesso em: 16 Mar, 2021.

KOEPPF, Tobias. Interventions françaises en Afrique: la fin de l'europanisation? **Politique étrangère**, [S.l.], n.2, p. 415-426, 2012.

KRAUTHAMMER, Charles. The Unipolar Moment. **Foreign Affairs**, [S.l.], v.70, n.1, 1990, p. 23–33.

KROSLAK, Daniela. France's policy towards Africa: Continuity or Change?. In TAYLOR, Ian; WILLIAMS, Paul. **Africa in International Politics: External Involvement on the Continent.** London/New York: Routledge, 2004.

- KROSLAK, Daniela. **The responsibility of external bystanders in cases of genocide: the French in Rwanda, 1990-1994.** Aberystwyth: University of Wales, 2002.
- LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016.
- LEBOEUF, Aline; QUÉNOT-SUAREZ, Hélène. La politique africaine de la France sous François Hollande, renouvellement et impensé stratégique. **IFRI, Programme Afrique subsaharienne**, 2014.
- LOSURDO, Domenico. La dottrina Bush e l'imperialismo planetario. **L'Ernesto. Rivista comunista**, nov-dez, p.60-64, 2002.
- MACRON, E. **Conférence de presse en amont des sommets du G7 et de l'OTAN.** 10 Jun. 2021a. Disponível em: <https://www.elysee.fr/emmanuel-macron/2021/06/10/conference-de-presse-en-amont-des-sommets-du-g7-et-de-lotan>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- MACRON, E. **Conférence de presse à l'issue du Sommet du G5 Sahel.** 9 Juillet. 2021b. Disponível em: <https://www.elysee.fr/emmanuel-macron/2021/07/09/conference-de-presse-a-lissue-du-sommet-du-g5-sahel>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- MACRON, E. **Déclaration de M. Emmanuel Macron, Président de la République, sur les relations franco-ivoiriennes, la lutte contre le terrorisme au Sahel et le franc CFA.** Abidjan. 21, Dez. 2019. Disponível em: <https://www.vie-publique.fr/discours/272549-emmanuel-macron-21122019-france-cote-divoire-lutte-contre-terrorisme>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- MACRON, E. **Entretien de M. Emmanuel Macron, président de la République, à "Jeune Afrique" le 20 novembre 2020, sur les relations franco-africaines, notamment la restitution des biens culturels africains, la fin du franc CFA et la liberté d'expression.** 20 Nov. 2020. Disponível em: <https://www.vie-publique.fr/discours/277347-entretien-emmanuel-macron-20112020-france-afrique>. Acesso em: 02 Ago, 2021.
- MACRON, Emmanuel. **Discours d'Emmanuel Macron à l'université de Ouagadougou.** Ouagadougou, 28 Nov. 2017. Disponível em: <https://www.elysee.fr/emmanuel-macron/2017/11/28/discours-demmanuel-macron-a-luniversite-de-ouagadougou>. Acesso em: 02 Ago, 2021.
- MARCHESIN, Philippe. Mitterrand l'africain. **Politique africaine**, [S.l.], v.58, p. 5-24, 1995.
- MBEMBE, Achille. L'Afrique de Nicolas Sarkozy. **Mouvements**, [S.l.], n.4, p.65-73, 2007.
- MELLY, Paul; DARRACQ, Vincent. **A New Way to Engage?: French Policy in Africa from Sarkozy to Hollande.** London: Chatham House, 2013.
- MINISTÈRE DES ARMÉES DE FRANCE. **Opération Sangaris.** 10 dez. 2013. Disponível em: www.defense.gouv.fr/operations/missions-realisees/sangaris/dossier-de-presentation-de-l-operation-sangaris/operation-sangaris2. Acesso em: 30 mai, 2021.

- MITTERRAND, François. **Allocution prononcée par m. François mitterrand président de la république française a l'occasion de la séance solennelle d'ouverture de la 16ème conférence des chefs d'état de France et d'Afrique**. La Baule. 20 jun. 1990.
- MONCRIEFF, Richard. French Relations with Sub Saharan Africa Under President Sarkozy. **South African Institute of International Affairs**, Occasional Paper 103, 2012.
- MONDE, L. La fin du franc CFA annoncée par Emmanuel Macron et Alassane Ouattara. **Le Monde**, 21 dez. 2019.
- MULDER, Lisa. **La politique africaine de Nicolas Sarkozy**: une comparaison entre la politique africaine de Nicolas Sarkozy et celle de ses prédécesseurs depuis la présidence de Charles de Gaulle. Analyse de trois discours prononcés par Nicolas Sarkozy. (Trabalho de Conclusão de Curso), Universidade Utrecht, 2018.
- NUBUKPO, Kako. **Du Franc Cfa à L'éco: Quelle Monnaie Pour Quel Développement En Afrique De L'Ouest**. Lomé: Université de Lomé, 2021.
- OBIANG, Jean-François. **France-Gabon**: pratiques clientélares et logiques d'État dans les relations franco-africaines. Paris: Karthala Editions, 2007.
- DE OLIVEIRA, Guilherme Ziebell. A intervenção ocidental na Líbia: interesses ocidentais e o papel da Liga Árabe/Western intervention in Libya: western interests and the role of The Arab League. **Brazilian Journal of International Relations**, v. 4, n. 3, p. 670-693, 2015.
- PENNA FILHO, Pio; KOFFI, Robert Badou. A França na África: as intervenções militares e suas motivações – o caso da Costa do Marfim. **Carta Internacional**, [S.l.], v. 9, n. 2, p. 156-172, 2014.
- PIGEAUD, F.; SYLLA, N. S. **L'arme invisible de la Françafrique**: Une histoire du franc CFA. Paris: La Découverte, 2018.
- PILLING, D.; MUNSHI, N.; MALLET, V. Why Macron's attempt to reset French ties to Africa has hit trouble. **Financial Times**, 27 out. 2020.
- REUTERS. **In tribute to friend Deby, Macron says France will not tolerate threats to Chad**. **Reuters**, 23 abr. 2021. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/africa/french-president-macron-says-he-will-not-let-anybody-threaten-chad-2021-04-23/>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- RIEKER, Pernille. **French foreign policy in a changing world**: practising grandeur. Gewerbestrasse: Palgrave Macmillan, 2018.
- RODRIK, Dani. Goodbye Washington consensus, hello Washington confusion? A review of the World Bank's economic growth in the 1990s: learning from a decade of reform. **Journal of Economic literature**, [S.l.], v.44, n.4, p. 973-987, 2006.
- ROUSSEAU, Richard. Libya: A Very Long War over Competing Energy Interests. **Foreign Policy Journal**, 2011. Disponível em: <https://www.foreignpolicyjournal.com/2011/11/19/libya-a-very-long-war-over-competing-energy-interests/>. Acesso em 7 Abr. 2021.

SARKOZY, Nicolas. **Déclaration sur les relations franco-sud africaines et franco-africaines.** Cidade do Cabo, 28 fev. 2008. <https://www.vie-publique.fr/discours/169890-declaration-de-m-nicolas-sarkozy-president-de-la-republique-sur-les-r>. Acesso em: 01 abr. 2021

SARKOZY, Nicolas. **Déplacement de M. Nicolas SARKOZY au Bénin.** Benin, 15 mai. 2006. Disponível em: <https://www.interieur.gouv.fr/Archives/Archives-ministres-de-l-Interieur/Archives-de-Nicolas-Sarkozy-2005-2007/Interventions/19.05.2006-Deplacement-de-M.-Nicolas-SARKOZY-au-Benin>. Acesso em: 27 mar. 2021.

SARKOZY, Nicolas. **Le discours de Dakar de Nicolas Sarkozy.** Le Monde Afrique. 26 jul. 2007. Disponível em: https://www.lemonde.fr/afrique/article/2007/11/09/le-discours-de-dakar_976786_3212.html. Acesso em: 27 mar. 2021.

SOUCY, Charles. La Françafrique est-elle chose du passé? La joute française au Sahel: implications et désillusions. **Federalism-E**, [S.l.], v. 22, n. 1, p. 77-86, 2021.

TAYLOR, Ian. **The international relations of sub-Saharan Africa.** New York: Bloomsbury, 2010.

THIAM, Assane. La politique africaine de Nicolas Sarkozy: rupture ou continuité?. **Politique étrangère**, [S.l.], n.4, p.873-884, 2008.

TOUATI, Sylvain. **French foreign policy in Africa: between Pré Carré and multilateralism.** London: Royal Institute of International Affairs, 2007.

TRAORÉ, Ismaël. **La Françafrique en 2018: état des lieux.** Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Université du Québec à Montréal, 2019.

UNSCR. **United Nations Security Council Resolution 1975.** 30 Mar. 2011. S/RES/1975 (2011), Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1975>. Acesso em: 7 abr. 2021.

VERSCHAVE, François-Xavier. **De la Françafrique à la Mafrafrique.** Bruxelas: Éditions Tribord, 2005.

VERSCHAVE, François-Xavier. **La Françafrique: Le plus long scandale de la République.** Paris: Stock, 1998.

VERSCHAVE, François-Xavier. **Noir Silence: qui arrêtera la Françafrique?** Paris: Les Arènes, 2000.

VERSCHAVE, François-Xavier. **Noir Chirac: secret et impunité.** Paris: Les Arènes, 2002.

VLASSENROOT, Koen; RAEYMAEKERS, Tim. Le conflit en Ituri. **L'Afrique des Grands Lacs**, Annuaire 2002-2003.

WING, Susanna D. French intervention in Mali: strategic alliances, long-term regional presence? **Small wars & insurgencies**, [S.l.], v.27, n.1, p. 59-80, 2016.

WOHLERS, Laurence D. et al. **Making Sense of the Central African Republic.** Londres: Zed Books, 2015.